

O PAPEL SOCIAL DA UNIVERSIDADE NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA

Neuza Maria de Siqueira Nunes¹

Faculdade Metropolitana São Carlos

Juliana da Silva Gomes²

Universidade Estadual do Norte Fluminense

Artur de Siqueira Nunes Reis³

Faculdade Metropolitana São Carlos

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo abordar a contribuição da responsabilidade social da universidade na formação de indivíduos para atuarem de maneira responsável com a capacidade de valorizar a vida e de respeitar a dignidade das pessoas. A universidade, além da responsabilidade pela educação formal também deve ter responsabilidade pela educação não formal, disponibilizada por meio de projetos sociais extensionistas com atuação para modificar a realidade social em benefício de uma sociedade mais justa e igualitária. A metodologia empregada na condução do presente são os métodos historiográfico e dedutivo, auxiliados pelas seguintes técnicas de pesquisa: revisão de literatura sistemática e análise documental.

Palavras-chave: Universidade; Papel Social; Cidadania.

ABSTRACT

The present work aims to address the contribution of the university's social responsibility in training individuals to act responsibly with the ability to value life and respect people's dignity. The university, in addition to being responsible for formal education, must also be responsible for non-formal education, made available through social extension projects that work to modify social reality for the benefit of a more just and egalitarian society. The methodology used in

¹ Doutora em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción. Mestra em Economia Empresarial pela Universidade Cândido Mendes. Correio eletrônico: neuzamsnunes@gmail.com

² Mestra em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense. Correio eletrônico: julianajuridico10@gmail.com

³ Graduando do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos. Correio eletrônico: artursnr@gmail.com

conducting this study is historiographic and deductive methods, aided by the following research techniques: systematic literature review and documentary analysis.

Keywords: University; Social Role; Citizenship.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo abordar a contribuição da responsabilidade social da universidade na formação de indivíduos para atuarem de maneira responsável com a capacidade de valorizar a vida e de respeitar a dignidade das pessoas. A universidade, além da responsabilidade pela educação formal também deve ter responsabilidade pela educação não formal, disponibilizada por meio de projetos sociais extensionistas com atuação para modificar a realidade social em benefício de uma sociedade mais justa e igualitária.

A responsabilidade social da universidade não deve ser uma atividade afastada da educação, mas precisa ser uma nova maneira de educar, com mais abrangência e com mais consciência e não com atividades isoladas em certos períodos. Deve estar incorporada no dia a dia dos indivíduos interligada ao que é ensinado ao que é praticado de acordo com as ações coerentes com o discurso e com a ação. A responsabilidade social da universidade está na habilidade em disseminar e pôr em prática os princípios e os valores através da gestão, da docência, da investigação e da extensão. Os valores e os princípios de cada indivíduo estão relacionados ao plano pessoal com a dignidade da pessoa, liberdade e integridade.

A metodologia empregada na condução do presente são os métodos historiográfico e dedutivo, auxiliados pelas seguintes técnicas de pesquisa: revisão de literatura sistemática e análise documental.

RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UNIVERSIDADE

A educação é uma importante ferramenta de transformações e de melhorias nas relações sociais. Dessa forma, a universidade é um ambiente privilegiado que pode contribuir para a formação de indivíduos capazes de pensar e de agir para a construção de um mundo melhor e para a melhoria de vida. Assim, a educação pode servir como condução necessária para a inclusão social capaz de oportunizar igualdade de condição para a formação profissional e para a redução de desigualdade social.

A universidade pode colaborar com a sociedade ofertando recursos humanos qualificados que poderão intervir na realidade com respostas para as demandas que emergem no dia a dia. O ambiente universitário desenvolve ações no campo científico que interage aos demais âmbitos sociais com responsabilidade em produzir soluções em prol da sociedade. Para tanto, todos os envolvidos, os gestores, os professores, os funcionários e os alunos, precisam entender a função social da universidade para que se possa construir o conhecimento. Juliatto (2004) salienta que:

por sua natureza, toda universidade é socialmente responsável pelo fato de preparar profissionais que deverão sustentar-se com dignidade e de preparar lideranças para todas as áreas, formadores de opinião e tomadores de decisão. Além disso, ela promove a responsabilidade social enquanto educa seus alunos para a solidariedade. (Juliatto, 2004, p. 17)

O desenvolvimento humano deve ser centrado na compreensão das diferenças, no pluralismo cultural, e a universidade é uma poderosa instituição para promover o desenvolvimento cultural, social e econômico da comunidade onde se encontra. Portanto, faz-se indispensável refletir sobre a responsabilidade social da universidade, em razão de ser um local privilegiado para a produção de conhecimentos e para a formação de cidadãos capazes de atender às demandas da sociedade que surgem no século XXI.

Para dar suporte à sociedade precisa-se de um ensino superior equitativo que garanta o acesso e a participação dos indivíduos, independente de fatores como o socioeconômico, gênero ou etnia, muitas vezes comprometido pelas desigualdades nos níveis anteriores ao da educação universitária. Caso as oportunidades educacionais anteriores resultem na falta de pré-requisitos para a admissão no ensino superior, os indivíduos podem ser excluídos da universidade. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) redige em 2008 várias publicações sobre educação superior, e algumas são destinadas à igualdade:

[...] equidade em educação tem duas dimensões. A primeira é a justiça, a qual pressupõe que circunstâncias pessoais e sociais – por exemplo, sexo, status socioeconômico ou origem étnica – não devem ser um obstáculo ao desenvolvimento do potencial educativo. A segunda é a inclusão, a qual implica assegurar um padrão básico mínimo de educação para todos – por exemplo, que todos devem ser capazes de ler, escrever, e fazer cálculos aritméticos simples. As duas dimensões estão intimamente ligadas: combater o insucesso escolar ajuda a superar os efeitos das carências sociais, as quais, muitas vezes, são responsáveis por esse fracasso. (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2008, p. 73)

Assim sendo, no decorrer do tempo as universidades debatem maneiras de promover mudanças em seus sistemas educacionais em direção aos estímulos e ao desenvolvimento de novas abordagens de aprendizagem e de produção, gestão e aplicação do conhecimento para o acesso e a inclusão. Nesse contexto, têm-se discutido qual a contribuição e o papel dos sistemas educacionais e das instituições universitárias em transmitir, produzir e disseminar o conhecimento com o comprometimento e com a responsabilidade social para contemplar os desafios estabelecidos globalmente para construir uma sociedade com mais justiça e mais igualdade. O debate revela que é necessária a promoção de mudanças em direção à construção de ambientes educacionais responsáveis pela promoção da equidade e do desenvolvimento de mecanismos de inclusão social.

A responsabilidade social da universidade está na capacidade em difundir e colocar em prática os princípios e os valores por meio da gestão, da docência, da investigação e da extensão. Os valores e os princípios individuais estão agregados ao plano pessoal em conformidade com a dignidade da pessoa, liberdade, integridade e no plano social com o “bem comum e equidade social; desenvolvimento sustentável e meio ambiente; sociabilidade e solidariedade para a convivência; aceitação e apreço à diversidade; cidadania, democracia e participação; e no plano universitário – compromisso com a verdade; excelência; interdependência e transdisciplinaridade”. (La Jara, 2007 *apud* Morosini, 2009, p. 174)

Nas instituições de ensino superior, segundo Vercelli (2010), a responsabilidade social acontece por intermédio da extensão, consolidada no país após os anos de 1980, quando o compromisso social das universidades públicas brasileiras passa a ser discutido e reordenado. As ações desenvolvidas através da extensão começam a ser articuladas com o ensino e com a pesquisa com evidências de ser necessário ofertar uma formação integral aos alunos. Logo, surge uma cooperação entre o poder público, a universidade, a comunidade e as empresas com o propósito de aproximar as universidades com a sociedade.

Por esse ponto de vista, a universidade deve ter como propósito formar para a cidadania e o conhecimento adquirido pela educação torna-se um elemento importante não somente no ambiente universitário, mas além dele, capaz, através da responsabilidade social, de formar/tornar indivíduos autônomos para atuarem de maneira responsável com a capacidade de valorizar a vida e respeitar a dignidade das pessoas. Para Vercelli (2010), a universidade deve ser responsável pela educação formal como também pela educação não formal, ofertada através de projetos sociais extensionistas, atuando com desempenho capaz de transformar a realidade social em prol de uma sociedade com mais justiça e igualdade. Gohn (2006 *apud* Vercelli, 2010, p. 130) define educação formal como a que é regulamentada conforme as diretrizes nacionais, com os conteúdos preestabelecidos cujo objetivo está em transmitir o conhecimento sistematizado e desenvolver habilidades e competências, almejando uma

aprendizagem efetiva para que o indivíduo consiga certificado para continuar a estudar em outro grau de ensino. Para a autora, educação não formal:

É um processo que envolve seis dimensões:

- 1- aprendizagem política, que envolve a consciência política dos cidadãos;
- 2- capacitação para o trabalho desenvolvendo as habilidades e competências necessárias para atuar no mercado;
- 3- aprendizagem de práticas com objetivo comunitário, isto é, envolve problemas do cotidiano;
- 4- aprendizagem de conteúdos desenvolvidos pela educação formal, porém em espaços diferenciados que levam o indivíduo a compreender o que se passa ao seu redor e, com isso, fazer uma leitura do mundo;
- 5- educação na e pela mídia que pouca atenção recebe por parte dos educadores e;
- 6- educação para arte de bem viver, relacionados à boa alimentação, ao esporte, à saúde de forma geral a fim de evitar e/ou aprender a conviver com o estresse. (Gohn, 2006 *apud* Vercelli, 2010, p.130-131)

A educação não formal, em conformidade com Vercelli (2010), não é substituída pela educação formal, ambas se completam através de programas específicos interligando comunidade e universidade, tendo em vista a formação dos indivíduos para a cidadania. A educação deve ser direcionada para a justiça social; para os direitos humanos, sociais, políticos e culturais; para a liberdade; para a igualdade; para a democracia; contra a discriminação e para o respeito das diferenças culturais. A aprendizagem será significativa mediante a experiência e a reflexão sobre as questões sociais em que a extensão poderá preparar cidadãos com a capacidade de fazer a leitura da realidade em busca de uma transformação social para uma vida com mais dignidade.

O Plano Nacional de Extensão Universitária de 2000-2001 aponta o compromisso social da universidade como forma de inclusão nas ações para promover e garantir os valores democráticos, a igualdade e o desenvolvimento social. Para Nogueira (2000), o plano estabelece que extensão deva ser a prática acadêmica com o objetivo de articular a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, de acordo com o que é requisitado pela sociedade. As instituições devem elaborar e executar políticas públicas

para a cidadania e a extensão universitária, como processo educativo, cultural e científico, vinculando o ensino e a pesquisa de forma indissociável. O plano reconhece a função essencial da universidade em produzir e socializar o conhecimento, tendo em vista a interferência na realidade.

Mas para atender à demanda das necessidades da maioria da população precisam-se retomar alguns princípios básicos que fazem parte da política da extensão universitária, dentre eles:

- a ação cidadã das universidades não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas;
- a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social. (Nogueira, 2000, p. 5)

A responsabilidade social não deve ser uma tarefa separada da educação. Pereira (2003) esclarece que precisa ser uma nova maneira de educar, deve ser abrangente e mais consciente, e não com atividades isoladas em determinadas ocasiões. Precisa estar agregada no dia a dia dos indivíduos, conectada ao que é ensinado e ao que é praticado, em consonância com as ações coerentes com o discurso e com a ação. Nesse âmbito, a universidade pode contribuir para formar cidadãos capazes de praticar a cidadania, princípio fundamental da educação focada em valores universais. Para tanto, a responsabilidade social deve contribuir para a integração da comunidade com o envolvimento dos docentes e dos discentes no estudo da realidade local em busca de soluções e de práticas para os problemas da sociedade, “promovendo a educação que fortaleça a consciência crítica, criadora, técnica e ética, gerando novos conhecimentos; apoiando a criação e produção cultural, integrando-se à ação educativa e aos diferentes contextos sociais da região” (Pereira, 2003, p.124).

Ribeiro (2013) também corrobora que a universidade tem como função básica a produção e a transmissão do conhecimento para o desenvolvimento da sociedade e que:

[...] o papel da universidade é desenvolver mentes humanas proativas para o pleno exercício da cidadania, por meio de ações criativas capazes de construir sociedades socialmente responsáveis e economicamente sustentáveis. Todo o seu esforço precisa convergir para a formação de competências, como o respeito pelo outro e pelo planeta, solidariedade humana, espírito de democracia e de coletividade, além de competências técnicas e científicas, no sentido de promover uma melhor formação acadêmica e profissional. Assim, diz-se que universidade tem papel capital na promoção de ações de responsabilidade social, ou seja, ela concretiza seu papel de instituição geradora de conhecimento através da responsabilidade social universitária no processo que inter-relaciona ensino, pesquisa e extensão. (Ribeiro, 2013, p. 36)

Pela óptica da organização de uma gestão universitária socialmente responsável, além das funções sociais de ensino, pesquisa e extensão, precisam ser esboçadas outras linhas, sem as quais a responsabilidade social teria dificuldade de cumprir, como: “a) garantir a responsabilidade social da ciência; b) promover a formação da cidadania democrática; c) contribuir para o desenvolvimento, por meio da formação do estudante, como agente de desenvolvimento”. (Ribeiro, 2013, p. 40)

A universidade precisa estar atenta às grandes mudanças que ocorrem no mundo pelo impacto da globalização econômica, científica e cultural, e por ser uma instituição que sofre as interferências políticas, econômicas, culturais e tecnológicas na sua proposta social. Percebe-se que cada vez mais cresce no mundo a quantidade de universidades empreendedoras, tendo em vista menor dependência financeira do Estado e com foco na sustentabilidade institucional.

A responsabilidade social universitária, para Ribeiro (2013), deve entender o contexto histórico da instituição criada para atender a elite brasileira, mas que a partir de 1968, com a modernização da universidade no país, está voltada para ser uma “universidade para todos”, tendo como princípio a indissociabilidade ensino, pesquisa e

extensão e prestação de serviços à comunidade em sua volta, institucionalizando, de tal modo, os primeiros sinais da responsabilidade social universitária.

O ensino superior, para Ribeiro e Magalhães (2014), deve ter como uma das suas fundamentais intenções a prioridade em gerar o conhecimento, a qualidade dos serviços prestados e, por decorrência, prezar pelo desenvolvimento das variadas dimensões, como a dimensão social, a cultural, a de sustentabilidade e a econômica. O conhecimento produzido no intuito de promover o desenvolvimento social sugere que a universidade seja apta a preparar os estudantes para desenvolver a consciência crítica sobre o mundo em que vivem e prepará-los resolver procedimentos necessários para construir uma sociedade melhor, com mais justiça e com democracia. Por conseguinte, a universidade deve agregar o compromisso pela ética, além de “buscar o conhecimento da realidade, pois a responsabilidade social diz respeito a uma forma de gestão capaz de assistir aos grupos sociais excluídos pela pobreza, pela fome, pela falta de segurança, pelas enfermidades e pela falta de garantias dos seus direitos sociais” (Ribeiro; Magalhães, 2014, p. 141).

A definição de responsabilidade social universitária está interligada ao desenvolvimento para a promoção humana e indica outro campo de atuação, o desenvolvimento sustentável, que determina a importância de utilizar os recursos naturais com critérios e com planejamento, já que são finitos. A educação superior deve ter como proposição não só a discussão sobre a responsabilidade social, mas mostrar soluções lógicas sobre o desenvolvimento sustentável para que o mundo tenha no futuro um meio ambiente melhor. Para tanto, a universidade deve estar pautada no desenvolvimento de competências para a formação do capital humano tendo em vista promover o crescimento econômico, justiça social e cidadania.

CAPITAL HUMANO COMO RESPONSABILIDADE SOCIAL

Um dos fatores mais importantes para o papel econômico do capital humano é o aumento da chamada economia do conhecimento, que se baseia na produção e

gerenciamento dos dados e da informação. O êxito econômico dos países depende, em grande parte, do seu capital humano - sua educação, suas competências, seus talentos e suas capacidades. Uma das maneiras na contribuição para o crescimento econômico é através da educação e da formação do capital humano.

A educação formal é importante para a formação do capital humano e para garantir que as pessoas desenvolvam as competências e os conhecimentos que lhes possibilitarão obter melhores condições de vida. Não se deve pensar na formação do capital humano só em termos de instrução, mas sim em termos de aprendizagem, um processo contínuo ao longo da vida. Para a OECD (2007) economicamente os retornos do capital humano podem ser entendidos como prosperidade individual e de economia nacional. Os retornos do capital humano tendem a aumentar, em função do aumento no nível de instrução das pessoas.

A teoria do capital humano considera que existe uma relação entre educação e rendimento. A relação é direta onde a variável educação afetaria a variável rendimento. A hipótese é que maiores níveis de escolaridade elevam a produtividade do trabalho do indivíduo, ocorrendo conseqüentemente, um aumento de salário. Desta maneira, a teoria reconhece a validade do trinômio educação-produtividade-renda.

Em geral, os indivíduos reconhecem os benefícios que a educação oferece em termos econômicos ou salariais. Pelo lado da oferta de trabalho (indivíduos), educar-se pode elevar a produtividade e, pelo lado da demanda de trabalho (empresas), essa maior produtividade é recompensada através de maiores salários. Para Tafner (2005, p.1), “o conhecimento é um bem valioso”. A escola formal ainda continua sendo o principal caminho para o conhecimento tornando as pessoas mais conscientes, podendo ser um agente valioso de transformação. A educação permite às pessoas utilizarem melhor os recursos a que tem acesso e gerar ganhos de produtividade no trabalho, fator determinante no crescimento econômico e na remuneração dos trabalhadores.

Tendo como base a teoria do capital humano, as decisões que orientam uma pessoa a cursar anos adicionais de estudo seguem os princípios neoclássicos de maximização. O montante de investimento que os indivíduos fazem em formação ou

qualificação profissional está relacionado na expectativa de retornos adicionais futuros traduzidos na forma de aumento salarial. Ou seja, o indivíduo considera a taxa de retorno diante a um custo de oportunidade ditado pelo rendimento presente que ele deixa de obter (se em lugar de estudar estivesse trabalhando), mais uma taxa proveniente do pagamento do ensino a ser recebido.

Conforme Alves e Vieira (1995), partindo dos pressupostos da teoria do capital humano, a educação e a qualificação profissional constituem requisito fundamental para que os trabalhadores possam ampliar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho. A qualificação profissional sendo representada pela capacidade de aprender, pelo conjunto de atitudes, como iniciativa e autonomia garante aos trabalhadores empregabilidade, isto é, capacidade de permanecer no mercado de trabalho.

Segundo Barros, Henriques e Mendonça (2002), a expansão educacional aumenta a produtividade do trabalho, contribuindo para o crescimento econômico, o aumento de salários e a diminuição da pobreza. Também promove maior igualdade e mobilidade social, na medida em que a condição de “ativo não transferível”, faz da educação um ativo de distribuição mais fácil do que a maior parte dos ativos físicos. Para os autores, o subinvestimento em capital humano é preocupante, na medida em que a escolaridade da população explica de modo significativo, a intensa desigualdade de renda do país. O estoque individual de capital humano pode ser medido pelo número de séries completas de estudo formais. Em relação ao mercado de trabalho, observa-se que a heterogeneidade da escolaridade entre os trabalhadores e o valor atribuído aos anos de escolaridade adicionais representam os principais determinantes da desigualdade salarial.

Carpena e Oliveira (2002) estimaram o estoque do capital humano a partir de coeficientes de retorno à educação e à experiência, com base em uma equação de Mincer, que relaciona o logaritmo dos rendimentos dos indivíduos com seus respectivos anos de escolaridade e de experiência no trabalho. As estimativas foram obtidas utilizando-se o método do valor presente dos fluxos de renda futuros dos indivíduos que, por hipótese, dependem de sua escolaridade e experiência no trabalho. Identificaram,

conforme visão predominante na literatura, que a escolaridade é a variável mais significativa para determinar o capital humano.

O entendimento de responsabilidade social, segundo Medeiros Júnior (2004), pode ser visto como um compromisso ao longo da vida humana dentro do aspecto ético. Dessa maneira, a universidade contribui para o desenvolvimento econômico, como também com práticas de justiça social. Sob essa óptica, a produção de conhecimento científico e tecnológico necessita ser dirigida de acordo com a realidade da população. Assim, a formação precisa ter como referência os valores da democracia, respeitando a diversidade cultural e as diferenças sociais.

De acordo com Medeiros Júnior (2004), a responsabilidade social e ética da universidade representa em ação consciente da sua função enquanto agente transformador social. No entanto é necessário que as instituições de ensino superior tenham consolidado projetos priorizando a justiça social. O autor destaca que as universidades estão gradativamente atentadas em preparar profissionais socialmente responsáveis, que, de certa forma, não estão preocupadas somente com o retorno financeiro, mas em políticas contínuas para aumento do capital humano.

Pompeu (2011) analisa as ações de responsabilidade social das instituições de ensino superior como ferramenta capaz de transformar a realidade local, “visando o desenvolvimento sustentável, por meio da formação de capital humano e social, por meio de projetos sociais que propiciem a interação entre os conhecimentos local e global e suas respectivas demandas e necessidades” (Pompeu, 2011, p.36). Para o autor, conforme seu estudo, os resultados obtidos revelam que as universidades:

- i) investem no capital humano, com a oferta de cursos gratuitos de capacitação profissional, baseados na demanda e características da região; ii) promovem a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem nas regiões circunvizinhas às instituições; iii) incentivam a criação de empresas e de novos negócios, na promoção da inovação e do empreendedorismo; iv) formam profissionais de excelência, comprometidos e conscientes com os problemas sociais; v) promovem a autoestima e a credibilidade entre as pessoas da mesma comunidade, isto é, investem no capital social e vi)

tornam-se agentes transformadores e instrumentos de desenvolvimento local sustentável. (Pompeu, 2011, p. 6)

Assim, Pompeu (2011) assevera que a educação retrata uma expressiva estratégia que pode ser utilizada em benefício da sociedade, com criação de oportunidades. A ação de uma universidade pode ter qualificação ao incorporar conhecimento e pesquisa, possibilitando oportunidades apropriadas à difusão do aprendizado, fundamentalmente elaborando atividades direcionadas o desenvolvimento do capital humano e social. A responsabilidade social da universidade impacta na criação e desenvolvimento de capital humano, capital social e desenvolvimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das competências da universidade está na contribuição para formar cidadãos capazes de praticar a cidadania, princípio fundamental da educação focada em valores universais. Logo, a responsabilidade social deve contribuir para a integração da comunidade com o envolvimento dos docentes e dos discentes no estudo da realidade local em busca de soluções e de práticas para os problemas da sociedade.

Outro elemento que agrega competência a responsabilidade social da universidade é o capital humano. O aumento do conhecimento, baseado na produção e no gerenciamento da informação, constitui uma das premissas do capital humano. A responsabilidade social da universidade contribui para o desenvolvimento do capital humano, ampliando competências e capacidades. Por conseguinte, a universidade além da propagação do compromisso ético e moral, deve oportunizar a transformação social, a consciência crítica, a valorização humana e a interação entre universidade e sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. L. G.; VIEIRA, C. A. dos S. Qualificação Profissional: Uma Proposta de Política Pública. *In: Planejamento e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: Ipea, 1995, p. 117-144.

BARROS, R. P. de, HENRIQUES, R., MENDONÇA, M. L. **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2002. [Texto para Discussão nº. 857].

CARPENA, L., OLIVEIRA, J. B. de. **Estimativa do estoque de capital humano para o Brasil: 1981 a 1999**. Rio de Janeiro: Ipea, 2002 [Texto para Discussão nº. 877].

JULIATTO, C. I. Universidade e solidariedade social: pegadas na areia global. *In*: ULLMANN, Reinholdo Aloysio. **Sei em quem confiei: festschrift** em homenagem a Norberto Francisco Rauch. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

MEDEIROS JÚNIOR, G. J. Universidade e responsabilidade social. **Anais do IV Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária na América do Sul**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MOROSINI, M. C. Qualidade na Educação Superior: tendências do século XXI. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 43, mai.-ago. 2009.

NOGUEIRA, M. das D. P. **Extensão Universitária: diretrizes e políticas**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000.

OECD. **Human Capital: How what you know shapes your life**. OCDE Insights, 2007.

OCDE. **Tertiary Education for the Knowledge Society**. OECD, 2008. Disponível em <http://www.oecd.org/education/skills-beyond-school/40330439.pdf>

PEREIRA, R. da S. Responsabilidade social na universidade. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 2, n. 1, 2003.

POMPEU, R. M. **A Responsabilidade Social da Universidade na Formação de Capital Humano e como Ferramenta de Desenvolvimento Local Sustentável: os casos da UTAD e da UNIFOR**. Tese de Doutorado, 2011. Disponível em <https://1library.org/document/ydjee1gy-responsabilidade-universidade-formacao-capital-humano-ferramenta-desenvolvimento-sustentavel.html> Acesso em 11 mar. 2022

RIBEIRO, R. M. da C. **Responsabilidade social universitária e a formação cidadã**. PUCRS, 2013. Disponível em <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5641/1/000453653-Texto%2bCompleto-0.pdf> Acesso em 20 jan. 2022

RIBEIRO, R. da C.; MAGALHÃES, A. M. Política de Responsabilidade Social na Universidade: conceitos e desafios. **Educação, Sociedade & Culturas**, Teresina, n. 42, 2014.

TAFNER, P. S. B. Oportunidades para adquirir capacidades. *In*: **Desafios do Desenvolvimento**. 7 ed. Brasília: Ipea, 2005.

VERCELLI, L. de C. A. Responsabilidade social e universidade: uma ação necessária. **EccoS** – Rev. Cient., São Paulo, v. 12, n. 1, p. 119-140, jan.-jun., 2010.